



1377 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

O Programa Mais Educação como Estratégia Biopolítica
Paola Verdun - UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

Este artigo tem por objetivo problematizar o Programa Mais Educação, iniciativa do Governo Federal brasileiro vigente entre os anos 2007 e 2016 para atender crianças e jovens considerados em situação de vulnerabilidade social, partindo da hipótese de que se trata de uma estratégia biopolítica. O Programa sofreu drásticas alterações no ano de 2016, sendo extintas as atividades relacionadas aos cuidados com a saúde, o que justifica a importância de ser estudado. O Biopoder, conceito desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, utilizava dispositivos de segurança baseados em intervenções sobre o meio para induzir a população a conduzir-se de modo a reduzir seus riscos. O Programa Mais Educação poderia ser considerado uma estratégia biopolítica para diminuir os riscos aos quais crianças e jovens podem estar expostos através de intervenções sobre o meio escolar. Um dos exemplos encontra-se no fato de que o Programa oferecia a atividade “escovódromo”, a qual consta no Manual Operacional de Educação Integral 2014. Os itens que dizem respeito aos cuidados com a saúde e com a vida dos estudantes serão analisados, entendendo-se que, com esta intervenção e outras que serão investigadas no Manual, buscava-se prevenir riscos como doenças e outros agravos à saúde em crianças e jovens pobres.

O Programa Mais Educação como Estratégia Biopolítica

Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar o Programa Mais Educação, iniciativa do Governo Federal brasileiro vigente entre os anos 2007 e 2016 para atender crianças e jovens considerados em situação de vulnerabilidade social, partindo da hipótese de que se trata de uma estratégia biopolítica. O Programa sofreu drásticas alterações no ano de 2016, sendo extintas as atividades relacionadas aos cuidados com a saúde, o que justifica a importância de ser estudado. O Biopoder, conceito desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, utilizava dispositivos de segurança baseados em intervenções sobre o meio para induzir a população a conduzir-se de modo a reduzir seus riscos. O Programa Mais Educação poderia ser considerado uma estratégia biopolítica para diminuir os riscos aos quais crianças e jovens podem estar expostos através de intervenções sobre o meio escolar. Um dos exemplos encontra-se no fato de que o Programa oferecia a atividade “escovódromo”, a qual consta no Manual Operacional de Educação Integral 2014. Os itens que dizem respeito aos cuidados com a saúde e com a vida dos estudantes serão analisados, entendendo-se que, com esta intervenção e outras que serão investigadas no Manual, buscava-se prevenir riscos como doenças e outros agravos à saúde em crianças e jovens pobres.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa Mais Educação. Biopolítica. Saúde.

The More Education Program as a Biopolitical Strategy

Abstract

This article has the purpose of problematizing the More Education Program, an initiative of the Brazilian Federal Government in force between the years of 2007 and 2016 to attend children and young considered in situation of social vulnerability, grounded on the hypothesis that this program is a biopolitical strategy. The program suffered drastic changes in the year of 2016, when activities related to health care were extinguished, what justifies the importance of studying it. Biopoder, a concept developed by the philosopher Michel Foucault, used safety devices based on interventions on the environment to induce the population to conduct themselves in order to reduce their risks. The More Education Program could be considered a biopolitical strategy to reduce the risks to which children and young people may be exposed through interventions on the school media. One of the examples is located in the fact that the program used to offer the activity “escovódromo” at school, which is included in the document “2014’s Integral Education Operational Manual”. The items that concern the health care and the life of the students will be analyzed, understanding It is said that with this intervention and others that will be investigated in the Manual, it was sought to prevent risks such as diseases and other health problems in poor children and young people.

Keywords: Public policies. More Education Program. Biopolitics. Health.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de analisar a política pública Programa Mais Educação, uma estratégia do Governo Federal brasileiro vigente entre os anos 2007 e 2016 para atender crianças e jovens considerados em situação de vulnerabilidade social, buscando mostrar que teria seu funcionamento relacionado a uma estratégia[1] biopolítica. Do material empírico analisado, por exemplo, o Manual Operacional de Educação Integral, na sua versão do ano de 2014, aborda fortemente a questão da importância da saúde ser desenvolvida entre os estudantes:

Na área da Promoção da Saúde, trata-se de possibilitar o desenvolvimento de uma cultura de promoção da saúde no espaço escolar, a fim de prevenir os agravos à saúde e vulnerabilidades, com objetivo de garantir a qualidade de vida, além de fortalecer a relação entre as redes públicas de educação e saúde. (BRASIL, 2014, p. 9).

Nota-se também, a partir do enunciado acima, a necessidade de concretizar um objetivo importante: o fortalecimento entre as redes públicas de educação e saúde - o que seria possível articulando-se diversificadas atividades, como será mostrado ao longo deste trabalho.

Esta pesquisa justifica-se porque o Programa Mais Educação foi extinto em 2016, dando lugar ao Programa Novo Mais Educação, cujas bases são circunscritas ao reforço escolar em português e matemática e ao rendimento para avaliações do IDEB[2]. Cabe destacar que não pretendo apresentar uma avaliação do Programa nas escolas, ou mostrar se seu funcionamento contribui ou não para a saúde dos estudantes atendidos. Também, com este trabalho não busco mostrar a efetividade das estratégias biopolíticas apresentadas, nem desqualificar a política pública em questão, mas sim lançar outro olhar para a prática do Programa Mais Educação, problematizando-o à luz de algumas teorizações foucaultianas, para que seja pensado e visto de outras formas.

A partir da próxima seção mostro como o biopoder e as estratégias biopolíticas foram gestadas historicamente e de que forma atualmente balizam estratégias para redução de alguns fenômenos globais atuais relacionados a doenças, vícios, etc.

Do biopoder para as estratégias biopolíticas visando minimizar fenômenos globais contemporâneos

No século XVII o cuidado com a vida e o crescimento das populações foi gradativamente tornando-se a preocupação central do Estado, fazendo surgir um novo tipo de racionalidade política e prática, o biopoder. O filósofo Michel Foucault demonstra, de acordo com dois estudiosos de sua obra, que o biopoder misturou-se a dois pólos no início da Época Clássica. Esses pólos permaneceram separados até o início do século XIX, quando se uniram para formar tecnologias de poder. No pólo da espécie humana, pela primeira vez as categorias científicas – espécie, população – mais do que as jurídicas, tornaram-se objeto de atenção política sob uma forma consistente e segura. Esforços para compreender os processos de regeneração humana estavam fortemente ligados a objetivos mais políticos. No segundo pólo – o corpo – não no sentido da reprodução humana, mas como um objeto a ser manipulado; uma nova tecnologia do corpo como objeto de poder – poder disciplinar – para formação de corpos dóceis, foi aplicado principalmente às classes trabalhadoras e ao subproletariado, mas também a universidades e escolas. Assim, enquanto se expandiam, as tecnologias disciplinares eram praticadas por instituições que usavam diversas teorias do Estado, as quais eram coexistentes em diferentes lugares de poder: fábricas, escolas, universidades, escritórios administrativos do Estado, etc. (RABINOW; DREYFUS, 1995).

Sendo o objeto a ser compreendido o Estado ele mesmo, passou a ser exigida a coleta de informações sobre tudo que a ele dizia respeito, sua população, suas fontes e seus problemas. Um conjunto de métodos empíricos de investigação deveria ser desenvolvido para gerar este saber. A história, a geografia, o clima e a demografia de um país específico passaram a ser elementos cruciais em um novo complexo de poder e saber. Para operar eficientemente, o aparelho administrativo do governo precisava de um saber concreto, específico e mensurável. Assim, a nova racionalidade política do biopoder era conectada às ciências humanas nascentes e um estudo da população tornou-se importante como política.

A política transformou-se então em biopoder. A política da vida sendo localizada, a vida das populações, e também sua destruição, torna-se escolha política. E sua emergência está relacionada a mudanças econômicas e demográficas, sobretudo o surgimento do capitalismo. O indivíduo interessava na medida em que podia contribuir para a força do Estado. As vidas, as mortes, as atividades, o trabalho, as misérias e as alegrias dos indivíduos eram importantes por constituírem preocupações cotidianas que se tornavam politicamente úteis. (RABINOW; DREYFUS, 1995). No biopoder, “a população é um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e dos quais a própria vida é suscetível de ser controlada, a fim de se assegurar uma melhor gestão da força de trabalho”. (REVEL, 2011, p. 24-25).

A preocupação passou a ser com os homens em suas atividades do cotidiano, como componentes essenciais da força e da vitalidade do Estado. Ela e seus adjuntos administrativos eram encarregados pelo bem-estar dos homens – e por seu controle. Os administradores do Estado expressam seus conceitos de bem-estar humano e de intervenção do Estado em termos de questões biológicas, tais como reprodução, doença, trabalho ou dor. Aqui a preocupação não são as epidemias, mas as endemias: a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. A doença como fenômeno de população, e não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida. Por isso a introdução da normalização do saber, dos tratamentos médicos, das campanhas de aprendizado da higiene e da medicalização da população. Outro ponto preocupante era a velhice do indivíduo que cai fora do campo de capacidade e atividade; e os acidentes, as enfermidades e anomalias diversas. São criados mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. Vai ser preciso encompridar a vida e estimular a natalidade e estabelecer mecanismos reguladores. A biopolítica lida com a população como problema científico, político, biológico e de poder. Um poder que tem domínio sobre a mortalidade, e não sobre a morte. É a bio-regulamentação pelo Estado. E no século XIX, temos instituições também subestatais: médicas, caixas de auxílio, seguros, etc. (FOUCAULT, 1999).

E, mais ainda, os dois pólos do biopoder – controle do corpo e controle das espécies – que se desenvolveram paralelamente no século XVIII, foram reunidos numa preocupação do século XIX com o sexo. Um discurso sobre a sexualidade e novas táticas de controle das práticas sexuais foi utilizado. Ao lado do Estado, outras formas de poder entravam no jogo. O sexo tornou-se a construção através da qual o poder uniu a vitalidade do corpo a das espécies. A sexualidade e seu significado eram o principal meio através do qual o biopoder se expandia. O sexo tornou-se objeto de uma investigação mais abrangente de significação, poder e saber. Para o biopoder, o dispositivo da sexualidade conduziu a uma enorme explosão do discurso e da preocupação com a vitalidade do corpo, uma problematização da saúde e de suas condições de funcionamento. Tratava-se de novas técnicas para maximizar a vida.

É neste ponto de expansão de biopoder que os programas de bem-estar social se profissionalizam. Municipalidades passaram a tratar as doenças hoje chamadas sexualmente transmissíveis, enquanto um sistema elaborado de dossiês médicos e casas licenciadas tentava regular a prostituição. Esta extensão de uma rede disciplinar era sustentada em nome da higiene pública e do medo da degenerescência racial.

Apelos em nome do destino da raça e da nação pareciam voltar-se, principalmente, para as práticas sexuais. Os componentes disciplinar e confessional do biopoder, embora diferenciados por suas aplicações sociais, eram unificados por uma aceção comum da significação do sexo. E a hipótese repressiva tornou-se fundamental para o avanço do biopoder. (RABINOW; DREYFUS, 1995).

Estas são condições de possibilidade que desencadearam, nos séculos seguintes, uma série de políticas públicas para prevenção, a qual foi sendo individualizada, a medida que os riscos aos quais os sujeitos podem estar expostos passam a ser sua responsabilidade e não mais do Estado, que até então precisava garantir a segurança e a saúde da população. São intervenções no meio escolar, junto às comunidades pobres, para criar novos hábitos e estilos de vida, para evitar doenças e, principalmente, produzir uma vida mais saudável. (SARAIVA, 2013).

Trazendo essas questões para os dias atuais, pode-se perceber uma estreita relação entre algumas políticas públicas voltadas para crianças e jovens e a problematização da saúde e de suas condições de funcionamento visando maximizar a vida, conforme mostro na próxima seção. De acordo com uma pesquisa realizada em 2012, com 1208 indivíduos na faixa etária entre os 18 e os 29 anos de idade, infância e juventude atuais representam um grande grupo de risco de contrair doenças relacionadas ao sexo inseguro. Dados mostram que, de 1990 a 2013, migraram da 12ª para a 2ª colocação os grupos entre 15 e 19 anos de idade; e do 6º para o 2º lugar os grupos que estão na faixa entre 20 e 24 anos, só perdendo para o consumo de álcool[3]. Segundo dados do ano de 2016 do IBGE, o número de adolescentes estudantes do último ano do ensino fundamental que já experimentaram bebidas alcoólicas cresceu 55% no em 2016, o que, acredita-se, pode muito comprometer seu rendimento escolar[4], além de trazer outros riscos.

No que diz respeito à vulnerabilidade, também compreendo as estratégias biopolíticas colocadas em prática nas escolas contemporâneas, através dessas políticas públicas, como formas de diminuir ou regular os riscos aos quais crianças e jovens pobres podem estar expostos. Dados do IPEA registram uma melhora na realidade social de 16 regiões metropolitanas. Segundo o Portal Brasil, em uma publicação de 5 de outubro de 2015, o IPEA registrou avanços em infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, melhorando as condições de vida brasileira entre 2000 e 2010, reduzindo o índice de vulnerabilidade social neste período. A pesquisa não aponta a educação como disparador para melhorar esses índices, mas sim a redução da mortalidade infantil; a redução do número de jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham ou têm renda domiciliar per capita menor que meio salário mínimo; a redução na taxa de desocupação de pessoas acima de 18 anos; e a redução da parcela da população vivendo nas suas cidades sem coleta de lixo[5]. No entanto, diante da variedade de atividades que podem ser trabalhadas com esses sujeitos, as quais podem ser relacionadas a estratégias biopolíticas, a escola parece estar sendo convocada para, de forma ativa, também reduzir esta vulnerabilidade social, como mostro na próxima seção a partir da análise do Manual do Programa Mais Educação.

Estratégias biopolíticas no Programa Mais Educação – uma breve análise

O Programa Mais Educação ofereceu, entre os anos de 2007 e 2016, para as escolas participantes, variadas atividades a serem realizadas no turno oposto ao das aulas. Essas atividades foram divididas em sete macrocampos, sendo um deles a *Promoção da saúde*. O objetivo a ser alcançado pela única atividade do macrocampo - *Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde* - de acordo com o Manual, seria:

Criação de estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos a partir do estudo de problemas de saúde regionais: dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, etc. Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos no currículo escolar por meio de alimentação saudável dentro e fora da escola; saúde bucal; práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção das violências e acidentes. (BRASIL, 2014, p. 17).

Para esta atividade, por exemplo, era disponibilizado um kit composto por espelho, escova, creme e fio dental, além de mangueira, torneira e tonel de ferro – para a criação do “escovódromo”, de acordo com o *Manual*. Mostrar a importância de escovar os dentes para prevenir riscos como cáries e outras doenças ou problemas dentários parece-me constituir uma estratégia biopolítica junto a crianças e jovens pobres, por tratar-se de um cuidado com sua saúde, sua vida.

Entretanto, muito mais do que uma atividade pertinente a um macrocampo, a *Promoção da saúde* parece funcionar como um dos fios condutores para que sejam trabalhadas diversas outras atividades oferecidas pelo Programa. De acordo com o Manual, esta temática é prioritária no macrocampo *Comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica* aparecendo na ementa que trata de suas atividades - *Ambiente de Redes Sociais, Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Robótica Educacional e Tecnologias Educacionais*:

Portanto, trata-se definitivamente de ampliar as possibilidades de se trabalhar com a comunicação e é neste momento que temas estruturantes e transversais como “Educação em Direitos Humanos, Ética e Cidadania” e “Promoção da Saúde” encontram possibilidades criativas e inovadoras no espaço escolar. (BRASIL, 2014, p. 9).

No macrocampo *Cultura, artes e educação patrimonial*, este tema também está presente na atividade *Práticas circenses*, cuja ementa mostra a pretensão de, através de recursos pedagógicos:

Incentivar práticas circenses junto aos estudantes e à comunidade, a fim de promover a saúde e a educação por meio de uma cultura corporal e popular a partir do legado patrimonial do circo. (BRASIL, 2014, p. 13).

Do macrocampo *Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica* destaco algumas atividades que poderiam funcionar como estratégia biopolítica direcionada a crianças e jovens pobres, no que diz respeito a variadas situações cotidianas – a questão da boa aparência, os cuidados com o corpo, a responsabilidade com a conduta sexual e também com a conduta social, para evitar o contato com

vícios, a violência e outros males:

Histórias em Quadrinhos – [...] Na área da promoção da saúde, são diversos os temas que podem ser criativamente trabalhados por meio das Histórias em Quadrinhos: saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual, práticas corporais, educação para saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras), saúde mental e prevenção à violência, entre outros. (BRASIL, 2014, p. 10).

Enunciando até repetitivamente, é a biopolítica implantando mecanismos que têm certo número de funções diferentes das funções dos mecanismos disciplinares. Em uma tentativa de diminuir, ou seja, de regular a exposição aos riscos aos quais esses sujeitos estão expostos, busca-se não zerar, mas diminuir os dados estatísticos sobre a vulnerabilidade social dessa camada da população brasileira, as quais mostrei na seção anterior. Uma produção impressa como a história em quadrinhos poderia funcionar como mecanismo que trata de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais;

vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Importante perceber também, que o conhecimento sobre esses fenômenos globais precisa alertar as comunidades, as quais devem, com base nesses dados, fazer sua parte para também diminuí-los. Trata-se de tentar fazer com que o maior número de membros da comunidade auxilie suas crianças e jovens para evitar ao máximo a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, o uso precoce de drogas e álcool, etc.

E no que diz respeito à sexualidade de crianças e jovens, a preocupação passa a ser ainda maior. As atividades propostas pelo Programa parecem carregar, por herança das intervenções médicas do século XIX, a responsabilidade por mostrar hoje, pedagogicamente e de forma sutil, os riscos aos quais esses sujeitos estão expostos caso não deem atenção a estes cuidados. Isto porque estão localizados em “regiões de alto risco”, onde “esses riscos podem se multiplicar e se dispersar”, se analisarmos, a partir das noções de perigo e de crise de Foucault (2008) as regiões para as quais são ofertadas as atividades do Programa – as comunidades mais pobres.

Destaco, das teorizações do mesmo filósofo, a que nos aponta a preocupação com a degenerescência como um dos pontos de partida para intervenções biopolíticas sobre a sexualidade, a partir da articulação entre a disciplina e a regulação, visando a prevenção:

A extrema valorização médica da sexualidade no século XIX teve, assim creio, seu princípio nessa posição privilegiada da sexualidade entre organismo e população, entre corpo e fenômenos globais. Daí também a ideia médica segundo a qual a sexualidade, quando é indisciplinada e irregular, tem sempre duas ordens de efeitos: um sobre o corpo, sobre o corpo indisciplinado que é imediatamente punido por todas as doenças individuais que o devasso sexual atrai sobre si. (FOUCAULT, 1999, p. 300-301).

[...] uma sexualidade devassa, pervertida, etc., tem efeitos no plano da população, uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações e gerações, na sétima geração, na sétima da sétima. É a teoria da degenerescência (Morel): a sexualidade, na medida em que está, por outro lado, no núcleo da degenerescência, representa exatamente esse ponto de articulação do disciplinar e do regulamentador, do corpo e da população. E vocês compreendem então, nessas condições, por que e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 301-302).

Outra produção visual pode ser realizada e utilizada na promoção da saúde de crianças e jovens pobres, conforme mostro no próximo excerto recortado. “Trata-se de cuidados com a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc”. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Vídeo – Essa atividade tem o propósito de trazer para o universo do estudante temas de direitos humanos e promoção da saúde por meio da produção audiovisual, com exibição de curtas, produção de vídeo-histórias, criação de roteiros, filmagens, envolvendo expressões próprias da cultura local, com temas que tratem da valorização das diferenças, da afirmação da equidade, da afirmação das identidades e do registro da história local. Além disso, possibilita tratar dos temas de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, por meio de pequenos documentários e/ou curtas-metragens, envolvendo os estudantes em pesquisas sobre hábitos saudáveis, levando-os a refletirem sobre os desafios locais. (BRASIL, 2014, p. 10-11).

Um destaque importante diz respeito não só à prevenção de agravos à saúde e promoção de hábitos saudáveis, como também à promoção de uma qualidade de vida para crianças e jovens pobres, principalmente com relação a hábitos alimentares. Do macrocampo *Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal)*, por exemplo, há duas atividades que mostram uma estreita relação com a intervenção no meio (escola e comunidade pobre) com este objetivo:

Horta Escolar e/ou Comunitária – Desenvolvimento de experiências de cultivo da horta como um espaço educador sustentável, a partir do qual se vivencia processos de produção de alimentos, segurança alimentar, práticas de cultivos relacionados à biodiversidade local e à formação de farmácias vivas e de combate ao desperdício, à degradação e ao

consumismo, para a melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2014, p. 14).

Jardinagem Escolar – Intervenção para a qualificação do ambiente escolar, como espaço de cuidados, de práticas de permacultura, de afeição pela vida, de educação sensorial e de interação com a biodiversidade, por meio do cultivo de plantas ornamentais nativas, medicinais, aromáticas, comestíveis, cercas vivas, arborização e de práticas que auxiliam a repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar na vida cotidiana. (BRASIL, 2014, p. 14).

Nota-se, por exemplo, na expressão “afeição pela vida” uma forte denotação à importância dada à vida deste homem-espécie. Parece-me tratar da biopolítica da espécie humana (FOUCAULT, 1999) que pode se dar a partir do cultivo e manejo de plantas de diversas espécies, como se, ao cuidar da vida das plantas, os sujeitos possam iniciar um melhor cuidado para consigo mesmos, com a própria vida, evitando assim sua própria morte, reduzindo a mortalidade.

Aqui cabe outro destaque, no que diz respeito não só à promoção da vida, como à questão da morte como “algo vergonhoso, objeto de um tabu, algo que se deve esconder e que, em última instância, se cultiva apenas no âmbito privado” (GADELHA, 2009, p. 115):

Com efeito, para um poder que tem sua razão de ser ancorada na majoração da vida, das forças vitais do corpo social, da população, a morte aparece justamente como o seu limite, o ponto para além do qual ele já não pode mais se exercer. A morte, pois, é o que escapa ao poder, ao seu domínio, razão pela qual ele nada pode conhecer nem fazer a seu respeito, senão deixá-la de lado, “deixar morrer”. E isso não entra em contradição com o fato desse mesmo poder ocupar-se do controle global, estatístico da mortalidade, coisa bem outra; pois, quando o faz, é sempre a serviço da intensificação, do prolongamento e do equilíbrio da vida, isto é, das forças que consubstanciam a vitalidade do corpo-espécie da população.

E tudo isto se transfere aos sujeitos localizados no campo, pelo trabalho com as atividades do macrocampo *Acompanhamento Pedagógico. A atividade Ciências e saúde* trata do:

estudo dos aspectos biológicos e socioculturais do ser humano e de todas as formas de vida; fomento das ciências como ferramentas de recriação da vida e da sustentabilidade da Terra; problematização das ciências da natureza e das ciências ambientais; compromisso do ser humano na sustentabilidade do planeta. [...] (BRASIL, 2014, p. 22).

A preocupação com o global também deve partir de crianças e jovens pobres em sua vida como espécie no planeta, e com sua participação ativa no processo de sustentabilidade. Esta temática, nas escolas urbanas, é trabalhada de forma um pouco diferente da escola do campo – que possui extensões de terra, espaços para plantações – necessitando de adaptações naqueles espaços, embora o objetivo seja bastante semelhante: estimular nos alunos a preocupação com a qualidade de vida, a sustentabilidade do planeta, a ecologia:

COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Coletivo escolar que promove o diálogo e pauta decisões sobre a sustentabilidade socioambiental, a qualidade de vida, o consumo e alimentação sustentável e o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Este colegiado envolve estudantes, professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade com o objetivo de trabalhar a educação ambiental na escola, estabelecendo relações da comunidade escolar com seu território em busca de melhoria da qualidade de vida. A constituição desse coletivo é fundamental para o planejamento das ações e o acompanhamento da transição das escolas rumo à sustentabilidade nas suas distintas dimensões (social, econômica, ética e cultural), fazendo pequenas adaptações na estrutura física da escola e promovendo o debate sobre a Pegada Ecológica da escola e as possibilidades de redução do impacto dos estilos de vida e padrões de consumo sobre o planeta. (BRASIL, 2014, p. 23).

Como estratégias biopolíticas também podem ser consideradas algumas atividades do macrocampo *Esporte e lazer: o Manual* mostra a ementa das atividades *Atletismo, Basquete, Xadrez tradicional e Xadrez virtual*, explicando que são atividades

de apoio às práticas esportivas para o desenvolvimento integral dos estudantes pela cooperação, socialização e superação de limites pessoais e coletivos, proporcionando, assim, a promoção da saúde. (BRASIL, 2014, p. 15).

Sobre esta temática observo aqui o sentido ampliado de saúde utilizado pelo Programa: não apenas a ausência de doenças, mas um desenvolvimento integral relacionado com a cooperação, a socialização e a superação de limites. E a superação de limites, por exemplo, está relacionada com o tipo de subjetividade adaptada à racionalidade neoliberal: o empresário de si - capaz de gerenciar seus riscos e sua vida de forma eficiente (FERREIRA; VERDUN, 2016). Assim, os cuidados com a saúde também se constituem parte importante na produção do capital humano desses sujeitos: devem ser educados, mas precisam ser saudáveis para estar em condições de oferecer suas competências no mercado de trabalho, por exemplo.

Além disso, também é possível perceber estratégias como este Programa como um conjunto de políticas de proteção social e de assistência, cujas bases têm estreita relação com o pensamento político contemporâneo que destaca a necessidade de garantir a todos o acesso a bens e recursos:

Além de objetivarem a diminuição da pobreza, auxiliando as camadas mais carentes da população brasileira, também pretendem inserir todos os sujeitos nas redes de consumo, tornando-os produtivos e fazendo girar as engrenagens do jogo econômico de um Estado neoliberal. (LOPES; LOCKMANN; HATTGE; KLAUS, 2010, p. 16).

Outro ponto importante a observar é que estas políticas podem funcionar como um governo biopolítico da pobreza, que no espaço escolar acolhe estudantes em práticas não usuais à escola regular – a saúde, a prevenção, o cuidado com a higiene, a vacinação, a alimentação saudável, etc. “É o educativo sofrendo um alargamento de suas funções”. (SANTAIANA, 2015, p. 66).

Conforme foi destacado anteriormente, há grande diversidade de atividades a serem trabalhadas com esses sujeitos, contemplando: a promoção da saúde; a comunicação, o uso de mídias, a cultura digital e tecnológica; a cultura, as artes e a educação patrimonial; a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a economia solidária e criativa/educação econômica (educação financeira e fiscal); esporte e lazer; e o acompanhamento pedagógico. Assim, o alargamento das funções da escola perpassa a diversidade de temáticas instituídas pela política pública Programa Mais Educação, as quais me parecem estar relacionadas a estratégias biopolíticas voltadas apenas para a população pobre brasileira.

Com a criação do Programa Novo Mais Educação a partir do ano de 2016 contempla-se, basicamente, o reforço em português e matemática. Diante disso, creio que caiba um questionamento sobre por que a temática da saúde passa a perder importância no currículo, parecendo perder importância também os sujeitos pobres, a medida que deixam de ser contemplados em suas necessidades por estas políticas. A educação brasileira ainda pode ser “orientada pelos princípios de acesso livre, igualdade, sustentabilidade e participação” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 103). E na esteira destes dois últimos autores acredito poder afirmar que se um sistema democrático que pode contribuir com “a construção de uma sociedade mais horizontal, fundada no que é comum”, acolhe os sujeitos que estão à margem da igualdade de condições para que possam continuar mantendo-se no jogo neoliberal. E programas como o Mais Educação poderiam, em certa medida, contribuir neste processo. Ao oferecer as atividades que possibilitariam a crianças e jovens a participação ativa nas problematizações sociais atuais e de sua comunidade, através da aprendizagem de cuidados com sua saúde, e, por conseguinte, com sua vida, poderia ajudar a desencadear o início de um novo processo educacional, mais participativo e comum a crianças e jovens brasileiros.

Considerações finais

Neste artigo busquei mostrar como o Programa Mais Educação, a partir da análise do Manual Operacional de Educação Integral 2014, colocava em prática estratégias biopolíticas voltadas para as populações pobres brasileiras. Com a atividade *Promoção da saúde e Prevenção de Agravos à Saúde*, o Programa parecia buscar alertar os estudantes para os cuidados com a higiene bucal e corporal, estimulando hábitos saudáveis e evitando doenças.

Com as atividades *Histórias em Quadros e Vídeo*, pode-se buscar a redução de fenômenos globais locais relacionados a doenças, vícios e doenças sexualmente transmissíveis. Com as atividades *Horta Escolar e/ou Comunitária, Jardinagem Escolar, Ciências e Saúde* para as escolas do campo, e *COM-VIDA*, busca-se melhorar os hábitos alimentares, os cuidados com o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. E, mais do que isso, estimular os cuidados com a própria vida, evitando a morte, já que agora essa responsabilidade é individual e não mais do Estado.

Além disso, de acordo com os resultados produzidos neste estudo, o Programa visa, a partir das atividades *Atletismo, Basquete, Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual*, promover a saúde para possibilitar que crianças e jovens tornem-se empresários de si, capazes de lidar com situações difíceis e superar limites, na busca por uma colocação no mercado de trabalho, garantindo assim seu acesso a bens e serviços.

Estas foram as estratégias do Programa Mais Educação que vigoraram entre 2007 e 2016, quando a troca do governo da ex-presidente Dilma Roussef para o governo Michel Temer tornaram-nas extintas, sob a drástica transformação na orientação ideológica que passou a liderar o País. A resolução nº 5[6] do MEC, de 25 de outubro de 2016, instituiu o Programa Novo Mais Educação, que visa o reforço nas disciplinas de português e matemática para o alcance de maiores índices da educação básica. Também, a Medida Provisória nº 746 aprovada em 13 de dezembro de 2016 propõe a implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional[7]. São medidas que vêm gerando diversos questionamentos sobre a educação no país, assim como manifestações que apontam para um possível retrocesso pelo qual as escolas brasileiras vêm passando e poderá perdurar. Diante de tão significativas transformações, o que esperar daqui em diante? Seja o que for, produzirá novos efeitos sobre crianças e jovens em situação de pobreza que até o ano de 2016 contavam com alguma intervenção para alcançar melhorias para sua saúde e sua vida. Assim concluo que, com a extinção do antigo PME, fica um caminho aberto para que novos estudos sejam realizados sobre este tema que considero tão importante para as crianças e os jovens pobres brasileiros.

Referências

AULETE DIGITAL. **Dicionário Caldas Aulete**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual operacional de Educação Integral**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=15842&Itemid=. Acesso em: 24 mar. 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FERREIRA, Rodrigo Klassen; VERDUN, Paola. Políticas Educacionais para a formação de empresários de si: a convergência entre os Institutos Federais e o Programa de Educação Integral. **Anais da Reunião Científica Regional da Anped: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**. 2016. disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_RODRIGO-KLASSEN-FERREIRA-PAOLA-VERDUN.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999 - (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977 - 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault/Sylvio Gadelha. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 - (Educação, experiência e sentido).

LOPES, Maura Corcini; LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. Inclusão e Biopolítica. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 8, nº 144. 2010. Disponível em: <http://www.unisinos.br/eventos/ix-coloquio-internacional-ihu-a-biopolitica-como-teorema-da-bioetic-ex123060-00001>. Acesso em: 24 mar. 2018.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Declaração** – Isto não é um manifesto. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: n-1 edições. 2ª edição, 2016.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SANTAIANA, Rochele da Silva. **Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersetorialidade**. 2015. 190 fls. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SARAIVA, Karla. Educando para viver sem riscos. **Educação**, v. 36, n. 2, maio/ago, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapico/ojs/index.php/faced/article/view/12894/9448>. Acesso em: 29 mar. 2018.

[1] A noção de estratégia neste artigo refere-se à arte de utilizar os meios de que se dispõe para conseguir alcançar certos objetivos (AULETE DIGITAL). O que é diferente da estratégia em Foucault, que diz respeito aos mecanismos utilizados nas relações de poder, implicando, para o filósofo, a liberdade e, conseqüentemente, estratégias de luta. (CASTRO, 2016).

[2] Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, tentando reunir, em um só indicador, dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Os resultados são sintéticos e permitem traçar metas de qualidade educacional.

[3] Fonte: <https://saude.abril.com.br/bem-estar/numero-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-nao-para-de-crescer/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

[4] Fonte: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2016/08/crece-o-consumo-de-alcool-entre-adolescente-segundo-o-ibge.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

[5] Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/realidade-social-melhorou-em-16-regioes-metropolitanas>. Acesso em: 13 mar. 2018

[6] Fonte: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000005&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. Acesso em: 26 mar. 2018.

[7] Fonte: <http://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em 16 mar. 2018.